

CAPÍTULO XXV

Perspectivas para o Socialismo após a Redemocratização

Torna-se hoje cada vez mais importante uma definição, a mais precisa possível, da posição política de cada um e sua inserção nos diversos grupos políticos provavelmente em formação. Inclusive para os socialistas esta se torna uma tarefa prioritária. Se a redemocratização está à vista, é preciso preparar-se para ela.

Em maio deste ano já estava claro que a fissura no modelo político brasileiro baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal se transformava em uma profunda brecha. Esta fissura começa a se definir em fins de 1974 quando a derrota nas eleições nacionais se somam a redução na taxa de crescimento econômico, o recrudescimento da inflação, a crise do balanço de pagamentos e a nova política salarial decorrente do revés eleitoral. Todos esses fatores levam a uma redução na taxa geral de lucros e ao mesmo tempo tornam cada vez mais claro para a burguesia o caráter arbitrário através do qual a alta tecnoburocracia estatal divide o excedente econômico entre as diversas frações e grupos das classes dominantes.

Seria, entretanto, um economicismo indesculpável pretendermos atribuir a crise política apenas a fatores econômicos e mais especificamente à redução relativa do excedente — defi-

nida pela redução na taxa de concentração da renda a partir do momento em que, momentaneamente, se reduzem lucros e aumentam salários. É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica. Mas em seguida, os desacertos políticos do Governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais simples da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria.

Em outros trabalhos fiz uma análise da ruptura da aliança política entre a burguesia e em seguida já procuro indagar sobre as perspectivas políticas que as mudanças à vista no sentido da redemocratização prenunciam. Coerente com a postulação inicial de que a crise é antes de mais nada caracterizada pela insatisfação da classe dominante, prevejo que esta classe tem amplas condições de se manter politicamente hegemônica no futuro sistema. Aparecerão novos partidos, pelo menos um partido socialista orientado para uma política de massas deverá surgir, mas não é difícil concluir que a alta e média burguesia, apoiadas por uma tecnoburocracia enfraquecida, mais ainda e sempre atuante, deverão não apenas manter o controle das forças produtivas mas assumir mais diretamente o controle político da sociedade.

Neste momento surge um segundo problema. Valeria a pena a redemocratização se é para manter o padrão de acumulação capitalista? Esta pergunta, naturalmente, só tem sentido para quem parte de uma perspectiva socialista. Aceito o pressuposto de que a democracia e a justiça social só podem ser alcançadas em um regime socialista; alguns mais radicais afirmam que só valerá a pena participar da luta pela redemocratização se, em seguida e a curto prazo, caminharmos para o socialismo. Já outros, que podem ser distribuídos em uma escala que vai do socialismo democrático à social-democracia, pretendem que primeiro é necessária uma frente ampla em torno da redemocratização e só depois se deve pensar em definições ideológicas mais precisas. Examinemos agora este problema, mas deixaremos de analisar como ocorrerá o processo de redemocratização, porque as possibilidades são muitas. O casuísmo das alternativas é tão grande que mesmo uma análise estritamente conjuntural do problema poderia perder-se em especulações estéreis.

A redemocratização do país não terá caráter revolucionário na medida em que a liderança do processo político couber à burguesia e aos setores mais moderados da tecnoburocracia. A participação dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e políticos de esquerda provavelmente não retirará o comando das classes dominantes, aliadas ao capitalismo internacional. Não há, portanto, porque prever uma mudança radical no padrão de acumulação capitalista vigente no Brasil. O ritmo de concentração de renda poderá e deverá reduzir-se. A taxa de concentração, medida pela relação entre o excedente (lucros mais ordenados) e os salários, provavelmente estabilizar-se-á ou sofrerá uma pequena redução. Dependendo da força política que os trabalhadores venham adquirir, essas modificações poderão com o tempo vir a ser substanciais. Mas não serão radicais. Enquanto a acumulação de capital depender de forma significativa dos lucros privados não é possível prever um processo mais significativo de desconcentração da renda. A acumulação privada já é minoritária no Brasil em relação à estatal, mas ainda corresponde a aproximadamente quarenta por cento do total. Nestas condições e mantendo-se a burguesia no controle da grande maioria da riqueza ou estoque de capital existente no país, ela manterá sua condição de classe dominante e reterá os privilégios na repartição da renda correspondentes.

A partir dessas previsões e no âmbito de uma perspectiva socialista cabe a pergunta: valerá a pena lutar pela redemocratização nesses termos? Até que ponto, perguntam os socialistas radicais, será legítima a estratégia de participar com a burguesia de uma frente ampla em nome da democracia? Esta frente, que obviamente está em plena formação, abrange desde conservadores de direita até a esquerda radical. No meio temos os conservadores liberais, os reformistas liberais, os social-democratas e os socialistas democráticos. Só se excluem a direita fascista e a esquerda revolucionária. E continuam a argumentar estes socialistas: valerá a pena lutar pela implantação de uma democracia burguesa ainda marcada pela existência de classes dominantes e por um padrão capitalista de acumulação e distribuição? E o argumento prossegue através de uma análise de perspectivas políticas para a esquerda participar do poder, que afinal se reduziriam a duas: ou assume o poder em nome próprio e inicia imediatamente a realização do

socialismo ou participa de um pacto político com a burguesia nos moldes do finado pacto populista dos anos cinquenta.

Ora, esse tipo de análise deveria ser atribuído com mais propriedade ao socialismo mal informado do que ao socialismo radical. As correntes socialistas poderiam ser em princípio classificadas em socialismo revolucionário, socialismo democrático e social-democracia. O socialismo revolucionário é constituído pelos grupos radicais que operam na ilegalidade e esperam a revolução socialista a qualquer momento. O socialismo democrático pode ser mais ou menos radical, mas afirma sempre que a socialização dos meios de produção só poderá ser alcançada nos quadros de um sistema democrático através da luta de classe. Os social-democratas, na medida em que são muito moderados em seu reformismo e negam a luta de classes, a rigor não são socialistas. Representam a burguesia. Também não podem ser chamados de socialistas os estalinistas. Na verdade, representam setores dominados da tecnoburocracia. As dúvidas acima referidas são próprias de um socialismo que oscila entre o socialismo revolucionário e o democrático.

Não há perspectivas para a tomada a curto prazo do poder pelos socialistas no Brasil. O sistema tecnoburocrático-capitalista vigente é dinâmico e relativamente bem estruturado. Por outro lado falta à esquerda base popular, organização política e unidade de objetivos. Uma revolução socialista no Brasil, nestas condições, se por acaso ocorresse, seria rapidamente vítima de uma contra-revolução burguesa ou então se desvirtuaria e se transformaria em uma revolução tecnoburocrática, como aconteceu com a União Soviética. O socialismo só tem condições de vingar quando possui amplas bases populares, que assumiram uma ideologia e mais amplamente uma consciência social socialista.

É por essa mesma falta de base popular que a tomada de poder por vias democráticas é também improvável a curto prazo para o socialismo. A burguesia, hegemônica ideologicamente, controla os meios de comunicação em massa e o sistema de ensino. Tem amplas condições de manter sua hegemonia política.

Isto, entretanto, não significa que os socialistas democráticos devam caminhar para um novo pacto populista com a burguesia. O populismo é um modelo político superado que é

inútil tentar recuperar. Baseava-se na liderança de uma burguesia nacional, que jamais se concretizou. Tinha como principal objetivo a industrialização, que então se imaginava a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Sua ideologia era a do desenvolvimento, que colocava em segundo plano a democracia e a redistribuição da renda. Apoiava-se na idéia da libertação e do desenvolvimento nacional sob a liderança da burguesia com o apoio dos trabalhadores contra o jugo da velha oligarquia agrário-mercantil e do imperialismo.

É óbvio que um pacto político dessa natureza perdeu qualquer viabilidade no Brasil. A burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil unificaram-se politicamente, o imperialismo mudou substancialmente através da entrada das empresas multinacionais manufatureiras, com as quais a burguesia local aliou-se desde a primeira hora. A industrialização revelou-se insuficiente para superar o subdesenvolvimento. Verificou-se que o desenvolvimentismo e o tipo particular de nacionalismo que o acompanhava afinal não passavam de ideologias tecnoburocrático-capitalistas adequadas para legitimar um modelo político autoritário e um modelo econômico excludente.

Mas a inviabilidade e indesejabilidade da renovação do pacto populista não implicam a impossibilidade de as esquerdas procurarem alianças. A base natural de um partido socialista democrático são os trabalhadores, mas há frações da média burguesia e da tecnoburocracia que se solidarizam crescentemente com as posições de esquerda. Só alguém com posições rigidamente economicistas poderia hoje imaginar um total determinismo de classe, depois de mais de duzentos anos de ideologia liberal e de mais de cem anos de ideologia socialista a influenciar a burguesia. Os movimentos de esquerda em todo o mundo sempre foram constituídos de trabalhadores e de membros das camadas médias, ou seja, da burguesia e nas últimas décadas da tecnoburocracia. Recentemente essa tendência só se tem acentuado, o que provavelmente decorre da superação paulatina do determinismo econômico, na medida em que as ideologias progressistas e basicamente o socialismo vão ganhando as mentes dos setores mais intelectualizados da burguesia e da tecnoburocracia. O campo de expansão de um partido socialista inclui, portanto, não apenas os trabalhadores,

mas também as camadas médias onde se localizam estudantes, religiosos, artistas, profissionais liberais, técnicos dos mais variados tipos.

Em um regime redemocratizado esse partido poderá eventualmente estabelecer alianças como a frente democrática que hoje se esboça, mas é preciso não se iludir. As circunstâncias em que um partido socialista pode estabelecer alianças com partidos burgueses sem se desfigurar são limitadas. O mais provável é que esse partido seja obrigado a permanecer afastado do poder, representado apenas no parlamento e em governos municipais e estaduais, até o momento em que se transforme em um verdadeiro partido de massas com condições para disputar o poder central.

Para o restabelecimento da democracia e a formação de um partido socialista democrático é essencial uma política trabalhista baseada em sindicatos livres. A conquista da liberdade sindical pelos trabalhadores obviamente não é fácil nem será alcançada automaticamente. Os interesses da tecnoburocracia e da burguesia de controlar os sindicatos através do Estado são muito fortes. Mas a liberdade sindical é o complemento essencial da liberdade política, sem a qual não poderá haver desenvolvimento político para o país.

As mudanças no padrão de acumulação, com uma redução na taxa de concentração da renda provocada por maiores salários e por uma orientação da produção para bens de salários mais trabalho-intensivos, serão alcançadas paulatinamente, mesmo que o partido socialista não esteja no poder. Os partidos burgueses, para se manter no poder em termos democráticos, serão obrigados a atender a reivindicações crescentes dos trabalhadores. A organização sindical e partidária destes possibilitará a aceleração do processo.

É claro que a burguesia e a tecnoburocracia, se se sentirem muito ameaçadas, poderão tentar voltar a um regime autoritário. No momento, a burguesia deseja a volta à democracia. E a longo prazo a tendência da burguesia é democrática, na medida em que é uma classe muito ampla e heterogênea, de forma que necessita de um sistema institucionalizado e democrático para dividir o poder entre os seus diversos grupos constituintes. A chamada democracia burguesa tem origem

nesse fato e na possibilidade de a burguesia apropriar-se do excedente no mercado através do mecanismo da mais-valia, sem necessidade do recurso direto à violência através do Estado.

(Contexto, outubro de 1977.)